



BALANÇO PATRIMONIAL  
EXERCÍCIOS FINDO EM

(Em reais)

ATIVO	NOTA	31/12/2018	31/12/2017	PASSIVO	NOTA	31/12/2018	31/12/2017
<b>CIRCULANTE</b>		<b>35.976.716</b>	<b>28.118.721</b>	<b>CIRCULANTE</b>		<b>969.349</b>	<b>1.042.587</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<b>32.886.538</b>	<b>25.636.491</b>	<b>OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO</b>		<b>969.349</b>	<b>1.042.587</b>
BANCOS MOVIMENTO - RECURSOS PRÓPRIOS		2.315	487	OBRIGAÇÕES COM ENCARGOS SOCIAIS		0	1.436
BANCOS CONTRATOS E TERMOS DE ADESÃO		1.995	1.019	OBRIGAÇÕES FISCAIS		1.433	1.101
APLICAÇÕES FINANCEIRA-REC. PRÓPRIOS		32.780.641	25.291.263	FORNECEDORES DE BENS E SERVIÇOS		405.047	260.160
APLIC. FINANC. - CONTRATOS T. DE ADESÃO		101.587	343.722	CREDORES DIVERSOS		185.434	52.698
<b>CRÉDITOS A CURTO PRAZO</b>		<b>3.090.178</b>	<b>2.482.231</b>	CONTRATOS E TERMOS DE ADESÃO A REALIZAR		102.302	331.816
DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS A RECEBER		2.227.616	1.653.899	APROPRIAÇÕES TRABALHISTAS		274.132	395.375
ANTECIPAÇÕES A EMPREGADOS		121.242	140.126	<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>333.990</b>	<b>0</b>
VALORES RECUPERÁVEIS		1.368	1.448	<b>OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO</b>		<b>333.990</b>	<b>0</b>
VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA VPD		40.921	42.198	PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS		333.990	0
<b>ESTOQUE</b>		<b>699.031</b>	<b>444.560</b>	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>36.354.284</b>	<b>28.660.868</b>
ESTOQUE DE CONSUMO RECURSOS PRÓPRIOS		514.876	324.608	<b>PATRIMÔNIO SOCIAL</b>		<b>36.342.284</b>	<b>28.648.868</b>
ESTOQUE DE CONSUMO RECURSOS DE TERCEIROS		184.154	119.952	RESULTADOS ACUMULADOS		28.648.868	27.693.150
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>1.680.907</b>	<b>1.584.733</b>	RESULTADO DO EXERCÍCIO		7.693.416	955.718
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>		<b>1.086.735</b>	<b>820.467</b>	<b>RESERVAS</b>		<b>12.000</b>	<b>12.000</b>
DIREITOS DE LONGO PRAZO		1.086.735	820.467	RESERVAS DE CAPITAL		12.000	12.000
<b>IMOBILIZADO</b>		<b>594.172</b>	<b>764.266</b>				
BENS TANGÍVEIS		2.577.555	2.547.945				
(-) DEPRECIACIONES ACUMULADAS		-1.983.383	-1.783.679				
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>37.657.623</b>	<b>29.703.455</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>37.657.623</b>	<b>29.703.455</b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Jose Zeferino Pedrozo  
Presidente  
CPF: 003.151.929-68

Gilmar Antonio Zanluchi  
Superintendente  
CPF: 556.281.179-00

Gilson Angere  
Contador  
CRC: 19.037/O-2  
CPF: 692.789.959-04



BALANÇO ORÇAMENTÁRIO  
EXERCÍCIO 2018

(Em reais)

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PROPOSTA (a)	REFORMULAÇÃO (b)	RECEITAS REALIZADAS ACUMULADO (c)	DIFERENÇAS (d)	
				P/ MAIS	P/ MENOS
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	<b>29.942.242,00</b>	<b>35.800.127,00</b>	<b>38.266.033,11</b>		
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	24.545.780,00	31.033.411,00	33.525.014,65	2.491.603,65	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	2.700.000,00	1.756.699,00	1.807.628,88	50.929,88	0,00
RECEITAS DE SERVIÇOS	1.422.900,00	1.422.900,00	1.422.900,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.083.562,00	1.587.117,00	1.510.489,58	0,00	76.627,42
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	190.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS DE CAPITAL (II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (III)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>		
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS (IV) = (I + II + III)</b>	<b>29.942.242,00</b>	<b>35.800.127,00</b>	<b>38.266.033,11</b>	<b>2.542.533,53</b>	<b>76.627,42</b>

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	PROPOSTA (e)	REFORMULAÇÃO (f)	DESPESAS REALIZADAS ACUMULADO (g)	DIFERENÇAS (h)	
				P/ MAIS	P/ MENOS
<b>DESPESAS CORRENTES (V)</b>	<b>29.816.242,00</b>	<b>31.337.094,00</b>	<b>30.212.926,02</b>		
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.809.534,00	4.580.182,00	4.574.302,32	64.560,52	70.440,20
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	25.006.708,00	26.756.912,00	25.638.623,70	0,00	1.118.288,30
<b>DESPESAS DE CAPITAL (VI)</b>	<b>126.000,00</b>	<b>4.463.033,00</b>	<b>81.047,52</b>		
INVESTIMENTOS	126.000,00	4.463.033,00	81.047,52	0,00	4.381.985,48
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RESERVA DE CONTIGÊNCIA (VII)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>		
RESERVA DE CONTIGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS (VIII) = (V + VI + VII)</b>	<b>29.942.242,00</b>	<b>35.800.127,00</b>	<b>30.293.973,54</b>	<b>64.560,52</b>	<b>5.570.713,98</b>

<b>RESULTADO ORÇAMENTÁRIO (IX) = (IV - VIII) SUPERÁVIT</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>7.972.059,57</b>		
--	-------------	-------------	---------------------	--	--

DESPESAS EXTRAORÇAMENTÁRIAS			DESPESAS REALIZADAS ACUMULADO		
<b>DESPESAS EXTRAORÇAMENTÁRIAS (X)</b>					
DEPRECIAÇÃO/AMORTIZAÇÃO/EXAUSTÃO E PERDAS NA BAIXA DE BENS			251.142,07		
<b>TOTAL DAS DESPESAS EXTRAORÇAMENTÁRIAS (XI) = (X)</b>			<b>251.142,07</b>		
<b>TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (VIII + XI)</b>			<b>30.545.115,61</b>		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações

Jose Zeferino Pedrozo  
Presidente  
CPF: 003.151.929-68

Gilmer Antonio Zanluchi  
Superintendente  
CPF: 556.281.179-00

Gilson Angnes  
Contador  
CRC: 19.037/O-2  
CPF: 692.789.959-04





DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS  
PERÍODOS ACUMULADOS FINDOS EM

(Em reais)

	01/01/2018 - 31/12/2018	01/01/2017 - 31/12/2017
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	<b>38.266.033</b>	<b>30.265.809</b>
<b>CONTRIBUIÇÕES</b>	<b>33.525.015</b>	<b>25.331.537</b>
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	33.525.015	25.331.537
<b>EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS DIRETOS</b>	<b>1.422.900</b>	<b>1.462.100</b>
EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	1.422.900	1.462.100
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS</b>	<b>1.807.629</b>	<b>2.486.096</b>
REMUNERAÇÃO DE DEPOSITOS BANCARIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	1.807.629	2.486.096
<b>TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS</b>	<b>1.510.490</b>	<b>983.229</b>
RECEITAS DE PROGRAMAS E PROJETOS ESPECIAIS	501.045	271.073
RECEITAS DE CONTRATOS E TERMOS DE ADESÃO	1.009.445	712.157
<b>OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	<b>0</b>	<b>2.847</b>
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0	2.847
<b>TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (I)</b>	<b>38.266.033</b>	<b>30.265.809</b>
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	<b>30.572.617</b>	<b>29.310.091</b>
<b>PESSOAL E ENCARGOS</b>	<b>5.048.855</b>	<b>5.278.323</b>
REMUNERAÇÃO A PESSOAL	3.665.570	3.795.029
ENCARGOS PATRONAIS	656.597	1.040.023
BENEFÍCIOS A PESSOAL	392.697	443.271
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS	333.990	0
<b>USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO</b>	<b>25.311.089</b>	<b>23.959.011</b>
USO DE MATERIAL DE CONSUMO	1.066.922	892.355
SERVIÇOS	23.993.114	22.784.896
DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	251.052	281.760
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS</b>	<b>30.236</b>	<b>33.774</b>
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - FINANCEIRAS	30.236	33.774
<b>DESVALORIZAÇÃO E PERDAS DE ATIVOS</b>	<b>90</b>	<b>21.527</b>
PERDAS INVOLUNTARIAS	90	21.527
<b>TRIBUTÁRIAS</b>	<b>103.863</b>	<b>17.456</b>
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	103.863	17.456
<b>OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	<b>78.484</b>	<b>0</b>
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	78.484	0
<b>TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (II)</b>	<b>30.572.617</b>	<b>29.310.091</b>
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I - II)</b>	<b>7.693.416</b>	<b>955.718</b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Jose Zefelino Pedrozo  
Presidente  
CPF: 003.151.929-68

Gilmar Antonio Zanuchi  
Superintendente  
CPF: 556.281.179-00

Gilson Agnes  
Contador  
CRC: 19.037/O-2  
CPF: 692.789.959-04





BALANÇO FINANCEIRO  
EXERCÍCIOS INTERMEDIÁRIOS FIMDOS EM

(Em reais)

INGRESSOS			
	NOTA	31/12/2018	31/12/2017
<b>RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS (I+II+III)</b>		<b>38.266.033</b>	<b>30.265.809</b>
<b>CORRENTE (I)</b>		<b>36.755.544</b>	<b>29.553.652</b>
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		33.525.015	25.331.537
RECEITA PATRIMONIAL		1.807.629	2.486.096
RECEITAS DE SERVIÇOS		1.422.900	1.462.100
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		0	273.919
<b>TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS (III)</b>		<b>1.510.490</b>	<b>712.157</b>
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS		1.510.490	712.157
<b>RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS (IV)</b>		<b>72.182.855</b>	<b>62.621.547</b>
CRÉDITOS A CURTO PRAZO		35.440.698	28.275.762
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		820.467	0
IMOBILIZADO		251.142	328.220
PASSIVO CIRCULANTE		35.303.059	34.017.566
PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		367.490	0
<b>SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (V)</b>		<b>25.636.491</b>	<b>24.180.258</b>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		25.636.491	24.180.258
<b>TOTAL (VI) = (I+II+III+IV+V)</b>		<b>136.085.379</b>	<b>117.067.613</b>

DISPÊNDIOS			
	NOTA	31/12/2018	31/12/2017
<b>DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS (VII+VIII)</b>		<b>30.293.974</b>	<b>29.110.943</b>
<b>CORRENTE/CAPITAL (VII)</b>		<b>29.115.692</b>	<b>28.400.320</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		4.392.475	4.513.980
OUTRAS DESPESAS CORRENTES		24.642.169	23.800.575
INVESTIMENTOS		81.048	85.766
<b>REALIZAÇÃO COM TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS (VIII)</b>		<b>1.178.282</b>	<b>710.623</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		181.827	146.479
OUTRAS DESPESAS CORRENTES		996.454	564.144
<b>PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS (IX)</b>		<b>72.904.868</b>	<b>62.320.179</b>
CRÉDITOS A CURTO PRAZO		36.048.645	28.047.130
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		1.086.735	0
IMOBILIZADO		359.691	284.913
PASSIVO CIRCULANTE		35.376.297	33.988.137
PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		33.500	0
<b>SALDO DO EXERCÍCIO SEGUINTE (X)</b>		<b>32.886.538</b>	<b>25.636.491</b>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		32.886.538	25.636.491
<b>TOTAL (XI) = (VII+VIII+IX+X)</b>		<b>136.085.379</b>	<b>117.067.613</b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Jose Zeferino Pedrozo  
Presidente  
CPF: 003.151.929-68

Gilmar Antônio Zanluchi  
Superintendente  
CPF: 556.281.179-00

Grisoni Angnes  
Contador  
CRC: 19.037/O-2  
CPF: 692.789.959-04



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO  
EXERCÍCIOS FINDOS EM

(Em reais)

	31/12/2018	31/12/2017
<b>1. ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
<b>SUPERÁVIT / DÉFICIT DO EXERCÍCIO/PERÍODO</b>	<b>7.693.416</b>	<b>955.718</b>
Ajustes por:		
(+) DEPRECIAÇÃO	199.704	268.056
<b>SUPERÁVIT / DÉFICIT DO PERÍODO AJUSTADO</b>	<b>7.893.120</b>	<b>1.223.774</b>
<b>VARIAÇÕES NO ATIVO</b>	<b>-874.215</b>	<b>228.632</b>
CONTAS A RECEBER OPERACIONAIS	0	528.277
DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS A RECEBER	-373.717	-166.286
ANTECIPAÇÕES A EMPREGADOS	18.884	20.860
VALORES RECUPERÁVEIS	80	442
VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA VPD	1.277	4.075
<b>ESTOQUE</b>	<b>-254.471</b>	<b>-158.736</b>
ESTOQUE DE CONSUMO RECURSOS PRÓPRIOS	-190.269	-38.785
ESTOQUE DE CONSUMO RECURSOS DE TERCEIROS	-64.203	-119.952
DIREITOS DE LONGO PRAZO	-266.268	0
<b>VARIAÇÕES NO PASSIVO</b>	<b>260.752</b>	<b>29.429</b>
OBRIGAÇÕES COM ENCARGOS SOCIAIS	-1.436	1.436
OBRIGAÇÕES FISCAIS	332	891
FORNECEDORES DE BENS E SERVIÇOS	145.887	198.085
CREDORES DIVERSOS	132.737	52.698
CONTRATOS E TERMOS DE ADESÃO A REALIZAR	-229.514	-234.997
APROPRIAÇÕES TRABALHISTAS	-121.244	11.315
PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS	333.990	0
<b>CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>7.279.657</b>	<b>1.481.835</b>
<b>2. ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		
BAIXA DE BENS IMOBILIZADOS	51.438	60.163
AQUISIÇÃO DE BENS IMOBILIZADOS	-81.048	-85.766
<b>CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>	<b>-29.609</b>	<b>-25.602</b>
<b>3. ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA (1 + 2 + 3)</b>	<b>(=) 7.250.047</b>	<b>1.456.233</b>
<b>AUMENTO LÍQUIDO NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</b>	<b>(=) 7.250.047</b>	<b>1.456.233</b>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO	(-) 25.636.491	24.180.258
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO PERÍODO	(+) 32.886.538	25.636.491

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

Jose Zeferno Pedrozo  
Presidente  
CPF: 003.151.929-68

Glomar Antonio Zanluchi  
Superintendente  
CPF: 556.281.179-00

Gilson Angres  
Contador  
CRC: 19.037/O-2  
CPF: 692.789.959-04



SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL SENAR  
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SANTA CATARINA

CNPJ: 04.260.738/0001-49



Emissão: 25/03/2019 11:44

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - DMPL DO EXERCÍCIO

01/01/2017 a 31/12/2017

(Em reais)

ESPECIFICAÇÕES	PATRIMÔNIO SOCIAL	RESERVA DE CAPITAL	AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	RESULTADOS ACUMULADOS	TOTAL
<b>SALDOS INICIAIS</b>	<b>27.693.150</b>	<b>12.000</b>			<b>27.705.150</b>
SUPERÁVIT OU DÉFICIT ACUMULADOS	24.681.062			3.012.088	27.693.150
SUPERÁVIT OU DÉFICIT DO EXERCÍCIO	3.012.088			(3.012.088)	0
SUPERÁVIT OU DÉFICIT DO EXERCÍCIO				955.718	955.718
<b>SALDOS FINAIS</b>	<b>27.693.150</b>	<b>12.000</b>		<b>955.718</b>	<b>28.660.868</b>

01/01/2018 a 31/12/2018

(Em reais)

ESPECIFICAÇÕES	PATRIMÔNIO SOCIAL	RESERVA DE CAPITAL	AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	RESULTADOS ACUMULADOS	TOTAL
<b>SALDOS INICIAIS</b>	<b>28.648.868</b>	<b>12.000</b>			<b>28.660.868</b>
SUPERÁVIT OU DÉFICIT ACUMULADOS	27.693.150			955.718	28.648.868
SUPERÁVIT OU DÉFICIT DO EXERCÍCIO	955.718			(955.718)	0
SUPERÁVIT OU DÉFICIT DO EXERCÍCIO				7.693.416	7.693.416
<b>SALDOS FINAIS</b>	<b>28.648.868</b>	<b>12.000</b>		<b>7.693.416</b>	<b>36.354.284</b>

Jose Zeferino Pedrozo  
Presidente  
CPF: 003.151.929-68

Gilmar Antônio Zamíuchi  
Superintendente  
CPF: 556.281.179-00

Gilson Aguiar  
Contador  
CRC: 19.037/O-2  
CPF: 692.789.959-04





**SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL**  
**CNPJ Nº. 04.260.738/0001-49**

## **NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**

Valores em Reais

### **1. Contexto Operacional (Art. 40, "I", letras a, b e c do Regulamento)**

#### **1.1. Estrutura Jurídica e Objetivos (Art. 40, "I", "a" e "b" do Regulamento)**

O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – Administração Regional de Santa Catarina, também reconhecido sob a sigla SENAR-AR/SC, é uma entidade Jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, criado pela Lei nº 8.315, de 23 de dezembro de 1991 e regulamentado pelo Decreto nº 566, de 10 de junho de 1992 com sede administrativa na cidade de Florianópolis - SC. Sua criação está prevista no art. 62 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT:

"Art. 62 – A lei criará o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) nos moldes da legislação relativa ao Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e ao Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (SENAC), sem prejuízo das atribuições dos órgãos públicos que atuam na área".

Tem como missão institucional realizar a educação profissional e promoção social das pessoas do meio rural, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e para o desenvolvimento sustentável do país.

#### **1.2. Fontes de Recursos**

Para possibilitar o cumprimento de sua missão, a entidade paraestatal é beneficiária dos recursos previstos no artigo 240 da Constituição Federal e nas Leis nº 8.540/1992, 8.870/1994 com alterações até a Lei 10.256/2001, assim classificadas:

##### **1.2.1. Contribuição sobre a receita decorrente da comercialização da Produção Rural**

- a) Contribuição do Produtor Rural Pessoa Física** - 0,2% (dois décimos por cento) incidente sobre a receita bruta proveniente da comercialização da produção rural, devida pelo Segurado Especial e Produtor Rural Pessoa Física, que explora atividade agropecuária ou pesqueira;
- b) Contribuição do Produtor Rural Pessoa Jurídica** - 0,25% (vinte e cinco décimos por cento) incidente sobre a receita bruta proveniente da comercialização da produção rural, devida pelo Produtor Rural Pessoa Jurídica.
- c) Contribuição da Agroindústria** - 0,25% (vinte e cinco décimos por cento) incidente sobre a receita bruta proveniente da comercialização da produção rural, industrializada ou não, devida pela agroindústria.

##### **1.2.2. Contribuição sobre a folha de salários**

Contribuição mensal compulsória, à alíquota de 2,5% (dois e meio por cento) incidente sobre a folha de salários dos trabalhadores envolvidos nos trabalhos rurais das pessoas jurídicas de direito privado ou a elas equiparadas que exerçam as seguintes atividades:

- a) Agroindústrias da avicultura, suinocultura, piscicultura, carcinicultura;**





**SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL**  
**CNPJ N°. 04.260.738/0001-49**

- b) Agroindústrias que se dediquem ao florestamento e reflorestamento como fonte de matéria prima para industrialização própria, mediante a utilização de processo industrial que modifique a natureza química da madeira ou a transforme em pasta celulósica, desde que a receita bruta decorrente dessa comercialização represente menos de um por cento de sua receita bruta proveniente da comercialização da produção;
- c) Produtores rurais pessoas jurídicas, exceto agroindústrias, que exerçam outra atividade econômica autônoma;
- d) Produtores rurais pessoas jurídicas e agroindústria, exclusivamente em relação aos empregados envolvidos na prestação de serviços rurais ou agroindustriais, caracterizados ou não como atividade autônoma;
- e) Sindicatos, Federações e Confederação Patronal Rural;
- f) Pessoa Jurídica Prestadora de Mão de Obra Rural.

As operações da Administração Regional são substancialmente mantidas por meio do recebimento do repasse dos recursos advindos da contribuição compulsória.

### **1.2.3. Arrecadação Líquida**

O valor da arrecadação mencionada nos subitens 1.2.1. e 1.2.2. é afetada por retenções específicas que totalizavam, até janeiro de 2018, 22,8% do valor arrecadado. A partir de fevereiro de 2018 o percentual geral de retenções passou para 30,52%, em função da ampliação do repasse à CNA, passando de 2% para 5% e inclusão de repasse de 5% à Federação da Agricultura e Pecuária.

### **1.2.4. Repasse do Recurso de Aplicação Direta - RADl**

O RADl é um fundo formado pela retenção de 8% da arrecadação de cada regional e se destina a equalizar a arrecadação nacional, conforme a necessidade de cada regional. Para o exercício de 2018 o SENAR-AR/SC passou a receber recursos do RADl, ampliando o valor recebido mensalmente da Administração Central.

### **1.3. Aplicações de Recursos**

Os recursos do SENAR-AR/SC seguem a proporção de 80% (oitenta por cento) nas atividades de Formação Profissional e Promoção Social e 20% (vinte por cento) nas despesas de custeio e investimento.

## **2. Base para preparação e apresentação das demonstrações contábeis**

### **2.1. Base de apresentação**

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais, referem-se ao exercício de 2018, e foram aprovadas pelo Conselho Fiscal e pelo Conselho de Administração, tendo como moeda funcional o Real (R\$).

#### **2.1.1. Declaração de conformidade**

As demonstrações contábeis da entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas ao setor público, estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC através







**SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL**  
**CNPJ Nº. 04.260.738/0001-49**

da Resolução CFC nº 1.133/08 que aprovou a NBC T 16.6 - Demonstrações Contábeis, observando-se ainda as resoluções do Conselho Fiscal do SENAR - Administração Central em matéria contábil.

Através do Ofício Circular nº 079/DAF/SE o SENAR - Administração Central comunicou e deu conhecimento às administrações regionais do SENAR sobre alterações no Regulamento do Plano de Contas e de Padronização dos Registros Contábeis e Orçamentários aprovado pela Resolução nº 30/16/CD.

O referido regulamento alterou algumas contas do elenco de contas, modificou a nomenclatura de contas, reformulando a segregação de algumas contas do ativo, passivo e de resultados no balancete base de preparação das demonstrações contábeis aqui apresentadas. Estas alterações foram aplicadas a partir do exercício de 2017.

Em 2 de fevereiro de 2018 o SENAR - Administração Central emitiu a Instrução de Serviço nº 001, versando sobre a atualização do Apêndice I do Regulamento do Plano de Contas e de Padronização dos Registros Contábeis e Orçamentários do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR.

O Apêndice I do Regulamento do Plano de Contas e de Padronização dos Registros Contábeis e Orçamentários do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR trata do elenco de contas utilizado pelo sistema de contabilidade que dá origem ao balancete do razão contábil e demais informações contábeis. As demonstrações contábeis são estruturadas a partir do balancete do razão contábil.

No encerramento do primeiro, do segundo, do terceiro e do quarto trimestre de 2018 foi necessário proceder algumas modificações e adaptações nas demonstrações do período comparativo do exercício 2017, em decorrência da atualização no elenco de contas acima mencionado. As modificações e adaptações foram consideradas irrelevantes dispensando a rerepresentação das demonstrações.

## **2.2. Principais práticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações contábeis**

### **2.2.1. Apuração dos resultados**

a) **Apuração do Déficit ou Superávit** – a entidade adota o regime de competência, destacando-se, adicionalmente:

**I – Receitas de Contribuição Social** – as receitas com contribuição social foram reconhecidas mensalmente com base em estimativa, levando-se em consideração o histórico dos registros dos valores repassados pelo SENAR-Administração Central.

O registro contábil das receitas de contribuições compulsórias é efetuado pelo líquido, ou seja, é deduzido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB o percentual de 3,5% do montante arrecadado, que corresponde à retribuição pelos serviços prestados de recolhimento das contribuições, com fulcro no artigo 3º, § 1º da Lei nº. 11.457, de 16 de março de 2007.





**SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL**  
**CNPJ Nº. 04.260.738/0001-49**

**II – Gastos com Cursos e Eventos** – foram reconhecidos no período da realização dos cursos e eventos de Formação Profissional Rural – FPR e de Promoção Social – PS, mobilizados e organizados com apoio de entidades cooperantes.

**2.2.2. Caixa e Equivalentes de Caixa** - Caixa e Equivalentes de Caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

**2.2.3. Valores a Receber** - Dotações Orçamentárias a Receber corresponde à contribuição social registrada com base em estimativa do repasse mensal, levando-se em consideração o histórico dos registros. Quando possível, a dotação orçamentária a receber é registrada com base em informação prestada antecipadamente pelo SENAR Administração Central, coincidindo com o valor efetivamente recebido.

Os demais valores a receber foram registrados e mantidos no balanço patrimonial pelo seu valor nominal, acrescido das variações monetárias, quando aplicáveis, deduzidos de provisão para cobrir eventuais perdas na sua realização.

**2.2.4. Estoques** - Os estoques foram registrados pelo custo médio de aquisição e demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e os valores de reposição ou realização.

**2.2.5. Imobilizado** - Os bens do ativo imobilizado foram registrados pelo custo de aquisição ou construção. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear considerando o valor residual projetado e a estimativa de vida útil dos bens. As taxas utilizadas são mencionadas na nota nº 8.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

**2.2.6. Intangível** - Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém, são submetidos a teste anual de redução do valor recuperável.

**2.2.7. Outros Ativos e Passivos (circulantes e não circulantes)** - Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus futuros benefícios econômicos serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou contratualmente constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso





**SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL**  
**CNPJ Nº. 04.260.738/0001-49**

econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas.

As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos 12 meses seguintes a data do balanço patrimonial. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

### **2.2.8. Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração**

**a) Ativos financeiros** - Os ativos financeiros da Entidade são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, no momento do seu reconhecimento inicial.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa.

**b) Passivos financeiros** - Os passivos financeiros da Entidade são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado e empréstimos e financiamentos, no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo, acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Entidade incluem contas a pagar a fornecedores.

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Entidade segundo projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez e caixa suficiente para atendimento às necessidades do negócio. Eventual excesso de caixa disponível é investido em aplicações financeiras.

A Entidade mensura suas aplicações financeiras pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos e possui seus valores reconhecidos como ativos financeiros de baixo risco de variação no valor.

**2.2.9. Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de "impairment")** - A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor. Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, uma provisão para deterioração é contabilizada para ajustar o valor contábil líquido ao valor recuperável.

A Entidade avalia periodicamente o efeito deste procedimento e, nas demonstrações financeiras intermediárias de 2018 e de 2017 não identificou ajustes a serem contabilizados.





### 3. Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa				dez/18	dez/17
Caixa e Bancos				4.310,35	1.506,07
<b>Equivalentes de Caixa - Aplicações Financeiras</b>					
Instituição Financeira	Tipo de Aplicação	Vencimento	Remuneração		
<b>Recursos Próprios</b>				<b>32.780.640,82</b>	<b>25.291.263,06</b>
Banco do Brasil S/A	CDB DI SWAP	29/07/2021	98,0% CDI	16.198.058,53	10.016.941,72
Banco do Brasil S/A	CDB DI	22/08/2023	96,0% CDI	657.046,98	263.888,30
Banco do Brasil S/A	CDB DI	14/09/2023	98,0% CDI	12.303.980,32	11.583.932,12
Caixa Econômica Federal	CDB DI	31/03/2023	101,0% CDI	3.621.554,99	3.426.500,92
<b>Contratos e Termos de Adesão</b>				<b>101.587,12</b>	<b>343.721,81</b>
Banco do Brasil S/A	CDB DI	04/12/2018	96,0% CDI	-	8.018,24
Banco do Brasil S/A	Poupança		TR	-	240.677,06
Banco do Brasil S/A	CDB DI	02/09/2022	96,0% CDI	-	20.556,99
Banco do Brasil S/A	Poupança		TR	101.587,12	74.469,52
<b>Soma Aplicações Financeiras</b>				<b>32.882.227,94</b>	<b>25.634.984,87</b>
<b>Total Caixa e Equivalentes de Caixa</b>				<b>32.886.538,29</b>	<b>25.636.490,94</b>

#### 3.1. Caixa

Caixa são recursos em espécie movimentados pela entidade apenas em sua sede administrativa, mantendo saldo suficiente para o pagamento imediato de pequenas despesas. Os recursos em caixa são registrados e controlados em contas contábeis distintas conforme o caso em Recursos Próprios e Recursos de Terceiros. No encerramento do trimestre a entidade não possuía saldo de recursos de terceiros em caixa.

#### 3.2. Bancos Conta Movimento

Bancos Conta Movimento - Recursos Próprios são disponibilidades financeiras movimentadas através de instituições financeiras oficiais, Banco do Brasil S/A e Caixa Econômica Federal. As movimentações são geralmente representadas por créditos recebidos através de transferências bancárias, pagamentos realizados através da emissão de cheques, transferências ou pagamentos por acesso via internet.

Para fins de controle os recursos próprios e os recursos recebidos de terceiros são movimentados e registrados em contas contábeis distintas sob o título de Bancos Conta Movimento - Recursos Próprios Bancos Conta Movimento - Recursos de Terceiros.

#### 3.3. Aplicações Financeiras

Aplicações financeiras são investimentos de curtíssimo prazo, geralmente disponibilidades financeiras sem comprometimento imediato, remunerados através de fundos de aplicação financeira baseados em percentual de juros pagos através de Certificado de Depósito Bancário junto à Instituição Financeira Oficial - Banco do Brasil S/A e Caixa Econômica Federal - com prazos de resgate variáveis.

Para fins de controle os recursos próprios e os recursos recebidos de terceiros são movimentados e registrados em contas contábeis distintas sob o título de Aplicações Financeiras - Recursos Próprios Bancos Aplicações Financeiras - Recursos de Terceiros.





**SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL**  
CNPJ N°. 04.260.738/0001-49

#### 4. Créditos a Curto Prazo

Créditos de curto prazo são valores a receber decorrentes das operações normais ou eventuais da entidade decorrente dos seus negócios junto a entidades ligadas, funcionários e fornecedores cujo prazo de vencimento é inferior a um ano.

##### 4.1. Dotações Orçamentárias a Receber

Descrição	dez/18	dez/17
Dotações orçamentárias a receber	2.227.615,80	1.853.898,68

##### 4.2 Antecipações a Empregados

Antecipações a empregados são valores remuneratórios antecipados a funcionários com base em folha de pagamento, para compensação.

Descrição	dez/18	dez/17
Antecipações de remuneração a empregados	121.242,45	140.126,34

##### 4.3 Valores Recuperáveis

Outros Valores a Recuperar.

Descrição	dez/18	dez/17
Outros valores a recuperar	1.367,77	1.447,59

#### 5. Estoques - Material de Consumo

São materiais de consumo utilizados nas operações correntes da entidade, foram devidamente inventariados no encerramento do trimestre sendo avaliados pelo custo médio. O saldo se compõe das seguintes categorias de bens e valores totais:

*Handwritten signature*





**SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL**  
**CNPJ Nº. 04.260.738/0001-49**

Descrição	Saldo em 31/12/2017	Movimentação no Exercício		Saldo em 31/12/2018
		Entradas	(-) Sidas	
<b>1) Estoque de Consumo Recursos Próprios</b>				
Material de Expediente	33.520,20	21.287,99	-21.978,61	32.829,58
Materiais de Informática	56.785,81	55.979,30	-52.854,35	59.910,76
Gêneros Alimentícios	369,63	3.348,96	-3.487,51	231,08
Material de Copa	923,16	545,44	-684,87	783,73
Material de Limpeza	3.175,07	8.233,65	-8.598,18	2.810,54
Material Instrucional	95.477,30	345.482,69	-162.883,09	278.076,90
Material de Divulgação	26.815,14	54.699,35	-46.458,49	35.056,00
EPI P/ Utilização em Curso	32.128,89	53.564,40	-60.177,27	25.516,02
Cartilhas P/ Utilização em Curso	33.453,48	34.238,50	-63.287,30	4.404,68
Cartilhas	0,00	168,00	-81,68	86,32
Cartilhas - Coleção Senar	41.959,20	148.974,90	-115.763,22	75.170,88
<b>Soma</b>	<b>324.607,88</b>	<b>726.523,18</b>	<b>-536.254,57</b>	<b>514.876,49</b>
<b>2) Estoque de Consumo Rec. Terceiros</b>				
Cartilhas, Folders, Manuais	41.532,12	194.094,51	-147.928,89	87.697,74
Materiais de Divulgação	10.773,95	72.812,31	-75.580,52	8.005,74
Materiais Instrucionais	65.521,36	108.340,35	-86.871,37	86.990,34
Materiais Instrucionais Pronatec	2.124,38	0,00	-663,73	1.460,65
<b>Soma</b>	<b>119.951,81</b>	<b>375.247,17</b>	<b>-311.044,51</b>	<b>184.154,47</b>
<b>Total Estoque</b>	<b>444.559,69</b>	<b>1.101.770,35</b>	<b>-847.299,08</b>	<b>699.030,96</b>

## 6. VPD Pagas Antecipadamente

As Variações Patrimoniais Diminutivas - Pagas Antecipadamente, são despesas pagas antecipadamente na aquisição de seguros, incluindo o seguro obrigatório, e de assinaturas de revistas e outros periódicos. Inclui gastos com aquisição de vales de alimentação/refeição e softwares. Os valores são transferidos para o resultado na medida do transcurso do período contratado, geralmente não superior a um ano, tendo os seguintes saldos a apropriar no encerramento do trimestre:

Descrição	dez/18	dez/17
Seguros a Apropriar	12.226,21	12.316,35
Assinaturas de Periódicos a Aprop.	2.448,08	2.222,04
	16.000,00	20.000,00
Licença de Uso de Software	8.514,68	7.659,83
IPVA a Apropriar	1.732,05	0,00
	<u>40.921,02</u>	<u>42.198,22</u>

## 7. Não Circulante - Realizável a Longo Prazo

Como realizáveis a longo prazo são classificados os créditos, valores e bens decorrentes das operações normais ou eventuais da entidade com prazo de conversão ou realização superior a um ano.

### 7.1. Depósitos Judiciais e Recursais

O ativo realizável no longo prazo estava representado por depósitos judiciais decorrentes de litígios tributários em discussão na esfera federal.





**SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL**  
**CNPJ Nº. 04.260.738/0001-49**

7.1.1. Depósito judicial para recurso inicial junto à Previdência Social – decorre da contestação dos termos de notificações fiscais, lavradas pela Secretaria da Receita Previdenciária em cinco de julho de 2005, por suposta omissão no recolhimento de contribuições previdenciárias, conforme detalhamento na nota 27.1. O saldo no encerramento do exercício era de R\$ 820.466,81.

7.1.2. Depósito judicial em ação cautelar de reconhecimento de imunidade tributária – em obediência a decisão de medida (liminar) de tutela de urgência, obtida pelo SENAR-SC, as importâncias correspondentes ao INSS patronal e PIS Folha de Pagamentos referente aos meses de outubro, novembro e dezembro de 2018 foram depositadas judicialmente, conforme detalhamento na nota 27.3. O saldo no encerramento do exercício era de R\$ 257.262,25, correspondente ao INSS patronal e R\$ 9.005,54 correspondente a PIS folha de pagamento.

### 8. Imobilizado

Imobilizado é o conjunto de bens corpóreos utilizados na manutenção administrativa e operacional da entidade, registrado inicialmente pelo custo de aquisição, diminuída a depreciação, sendo, portanto, apresentado pelo seu valor líquido a realizar.

As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas que levam em consideração o tempo médio de vida útil estimado dos bens.

#### 8.1. Movimentação das contas do imobilizado

Descrição	Saldo em 31/12/2017	Movimentação no Exercício		Saldo em 31/12/2018
		Adições	(-) Baixas	
<b>Bens Móveis</b>				
<b>Custo de Aquisição</b>				
Equip. Maquinas e Aparelhos em Geral	126.762,92	28.063,62	0,00	154.826,54
Veiculos	450.100,00	0,00	0,00	450.100,00
Mobiliario em Geral e Material de Copa	373.552,50	34.156,20	-1.040,34	406.668,36
Equipamentos de Comunicação	42.165,49	3.214,00	0,00	45.379,49
Maquinas Aparelhos e Utencilios de escritorio	598.969,51	15.613,70	-5.398,00	609.185,21
Semoventes	42.900,00	0,00	0,00	42.900,00
Outros Equipamentos e Materiais permanentes	89.145,92	0,00	0,00	89.145,92
Computadores e Perifericos	370,00	0,00	0,00	370,00
Computadores e Perifericos (projeto reaparelhamento)	736.979,00	0,00	0,00	736.979,00
<b>Soma</b>	<b>2.460.945,34</b>	<b>81.047,52</b>	<b>-6.436,34</b>	<b>2.535.554,52</b>
<b>(-) Depreciações</b>	<b>-1.716.643,79</b>	<b>-249.652,37</b>	<b>6.348,68</b>	<b>-1.959.947,48</b>
<b>Residual</b>	<b>744.301,55</b>	<b>-168.604,85</b>	<b>-89,66</b>	<b>575.607,04</b>
<b>Bens Imóveis</b>				
<b>Custo de Aquisição</b>				
Terrenos	7.000,00	0,00	0,00	7.000,00
Predios	80.000,00	0,00	45.000,00	35.000,00
<b>Soma</b>	<b>87.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>45.000,00</b>	<b>42.000,00</b>
<b>(-) Depreciações</b>	<b>-67.035,07</b>	<b>-1.400,04</b>	<b>45.000,00</b>	<b>-23.435,11</b>
<b>Residual</b>	<b>19.964,93</b>	<b>-1.400,04</b>	<b>90.000,00</b>	<b>18.564,89</b>
<b>Total Custo de Aquisição</b>	<b>2.547.945,34</b>	<b>81.047,52</b>	<b>38.561,66</b>	<b>2.577.554,52</b>
<b>Total Depreciações</b>	<b>-1.783.678,86</b>	<b>-251.052,41</b>	<b>51.348,68</b>	<b>-1.983.382,59</b>
<b>Total Residual</b>	<b>764.266,48</b>	<b>-170.004,89</b>	<b>89.910,34</b>	<b>594.171,93</b>

*Handwritten signatures and initials in blue ink.*





**8.2. Composição do imobilizado**

Contas	Taxa	Saldo em 31/12/2017	31/12/2018		
			Custo de Aquisição	(-) Depreciações	Residual
<b>Bens Móveis</b>					
Equip. Máquinas e Aparelhos em Geral	10%	54.165,72	154.826,54	-82.692,72	72.133,82
Veículos	20%	138.375,74	450.100,00	-384.228,92	65.871,08
Mobiliário em Geral e Material de Copa	10%	149.085,42	406.668,36	-248.339,64	158.328,72
Equipamentos de Comunicação	10%	19.126,80	45.379,49	-26.030,35	19.349,14
Máquinas, Aparelhos e Utensílios de escritório	10%	130.775,51	609.185,21	-525.063,34	84.121,87
Semoventes	10%	38.966,40	42.900,00	-8.224,80	34.675,20
Outros Equipamentos e Materiais permanentes	10%	61.992,04	89.145,92	-35.714,23	53.431,69
Computadores e Periféricos (projeto)	20%	158,58	370,00	-334,78	35,22
Computadores e Periféricos (projeto reapar.)	20%	151.655,34	736.979,00	-649.318,70	87.660,30
<b>Soma</b>		<b>744.301,55</b>	<b>2.535.554,52</b>	<b>-1.959.947,48</b>	<b>575.607,04</b>
<b>Bens Imóveis</b>					
Terrenos	0%	7.000,00	7.000,00	0,00	7.000,00
Predios (A)	7%	12.964,93	35.000,00	-23.435,11	11.564,89
<b>Soma</b>		<b>19.964,93</b>	<b>42.000,00</b>	<b>-23.435,11</b>	<b>18.564,89</b>
<b>Total</b>		<b>764.266,48</b>	<b>2.577.554,52</b>	<b>-1.983.382,59</b>	<b>594.171,93</b>

(A) - Taxa média de depreciação sobre bens sujeitos a 4% e 10%

**9. Obrigações Trabalhistas Tributárias e Previdenciárias**

Obrigações Trabalhistas Tributárias e Previdenciárias são obrigações decorrentes de verbas remuneratórias pagas através de folha de pagamentos a funcionários e dirigentes incluindo o valor líquido de salários, pró-labore e cédulas de presenças. Este conjunto de obrigações inclui os correspondentes encargos sociais incidentes sobre as referidas verbas remuneratórias.

Detalhamento das obrigações trabalhistas, tributárias e previdenciárias:

Obrigações	dez/18	dez/17
<b>INSS</b>		
INSS patronal a pagar	0,00	960,00
INSS retido de autônomos	0,00	476,44
	<b>0,00</b>	<b>1.436,44</b>

*(Handwritten signatures)*







**SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL**  
**CNPJ Nº. 04.260.738/0001-49**

### 10. Fornecedores de Bens e Serviços

As obrigações com fornecedores de bens e serviços são decorrentes de compras a prazo, reconhecidas com base em documento fiscal, contrato ou instrumento equivalente, em obediência ao regime de competência e são demonstrados pelo seu valor nominal.

Descrição	dez/18	dez/17
Fornecedores de Materiais e Serviços para Eventos	379.056,49	217.849,06
Fornecedores de Materiais e Serviços para Demais Atividades	26.990,76	42.311,14
	<b>406.047,25</b>	<b>260.160,20</b>

### 11. Obrigações Fiscais

As obrigações fiscais têm como origem tributos incidentes sobre a compra de bens e serviços cuja obrigação de reter e recolher cabe ao comprador. Referem-se aos compromissos financeiros com o recolhimento de tributos, geralmente com vencimento no mês seguinte ao mês da compra.

Descrição	dez/18	dez/17
ISS Terceiros a recolher	1.433,30	1.101,24

### 12. Apropriações por Competência

#### 12.1. Apropriação Trabalhista

Apropriações trabalhistas são obrigações com empregados e referem-se ao compromisso com o pagamento de salários, conhecidos com base em folha de pagamentos e das remunerações decorrentes do direito a férias e 13º salário em base estimada. Os valores referentes à remuneração de 13º salário são liquidados no encerramento do exercício.

Apropriação por Competência	Saldo em 31/12/2017	Movimentação no Exercício			Saldo em 31/12/2018
		(-) Baixa	Provisão	Reversão	
Provisão de férias	226.439,66	258.408,99	222.702,93	-	190.733,60
Provisão p/ encargos sociais s/ férias	70.613,44	59.921,00	51.952,76	62.645,20	-
Provisão p/ FGTS s/ férias	23.835,62	26.712,01	23.182,36	-	20.305,97
Provisão adicional de férias	74.486,72	82.732,68	71.337,99	-	63.092,03
Provisão p/ PIS s/ férias	-	2.528,32	5.171,56	2.643,24	-
Provisão para 13º salário	-	222.585,65	222.585,65	-	-
Provisão p/ encargos sociais s/ 13º salário	-	312,47	38.995,54	38.683,07	-
Provisão para FGTS s/ 13º salário	-	18.019,93	18.019,93	-	-
Provisão p/ PIS s/ 13º	-	66,44	1.698,62	1.632,18	-
<b>Soma</b>	<b>395.375,44</b>	<b>671.287,49</b>	<b>655.647,34</b>	<b>105.603,69</b>	<b>274.131,60</b>

Os valores de INSS e PIS que incidem sobre a provisão de férias e décimo terceiro salário passaram a ser tratados contabilmente como obrigação sob litígio e provisionados, acrescidos de encargos moratórios, em conta própria de obrigações de longo prazo, dada a incerteza do prazo para o desfecho da questão, conforme detalhamento no NE 14.





**SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL**  
**CNPJ Nº. 04.260.738/0001-49**

### 13. Demais Obrigações

Demais obrigações são obrigações não classificadas nas contas precedentes, decorrentes de operações normais da entidade e controladas em contas específicas.

#### 13.1. Contratos, Termos de Cooperação e Projetos a Realizar

Contratos, Termos de Cooperação e Projetos a Realizar são obrigações junto ao SENAR-AC e outras entidades, decorrentes de apoio técnico e financeira na consecução dos objetivos do SENAR.

Descrição	dez/18	dez/17
PRONATEC	0,00	259.637,41
REDE ETEC - MEC	102.302,24	72.178,61
	<b>102.302,24</b>	<b>331.816,02</b>

O registro da aplicação de recursos segue o regime de competência, motivo pelo qual não há coincidência entre os saldos das obrigações e o saldo de caixa e equivalentes de caixa.

#### 13.2. Credores Diversos

Credores diversos são obrigações eventualmente contraídas em decorrência das atividades normais do SENAR não classificadas nas demais obrigações.

Descrição	dez/18	dez/17
Compromissos a pagar	1.280,00	336,67
Materiais Senar Nacional	184.154,47	52.360,99
	<b>185.434,47</b>	<b>52.697,66</b>

Conforme informação de ofício dirigido à gerência de auditoria da VR Group - SENAR Nacional, em 11 de setembro de 2018, o saldo da conta Materiais Recebidos SENAR Nacional foi ajustado para reestabelecer a conformidade com a posição dos estoques de material de consumo, resultado da correção de falhas detectadas no sistema auxiliar do controle físico de materiais. Conforme o referido ofício, o ajuste foi objeto de análise dos representantes do suporte ao sistema e da auditoria independente. O valor líquido dos ajustes foi levado a conta de resultado do período de 2018 em curso, no montante de R\$ 78.484,33.

### 14. Obrigações de Longo Prazo – Provisão para Contingências

**14.1. Provisão para Litígios Tributários** – o SENAR-SC obteve, em 31 de outubro de 2018, medida (liminar) de tutela de urgência, em relação as importâncias correspondentes ao INSS Patronal e PIS Folha de Pagamentos, mediante ação impetrada perante a União Federal a fim de que seja reconhecida a imunidade tributária e o não pagamento dos referidos tributos, considerando sua condição de entidade paraestatal (serviço social autônomo). Os valores de INSS Patronal e PIS Folha de Pagamentos referente aos meses de outubro, novembro e dezembro de 2018 foram provisionados, incluindo o principal mais encargos moratórios como se devido fossem.

*[Handwritten signatures in blue ink]*





**SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL**  
**CNPJ N°. 04.260.738/0001-49**

No encerramento do exercício de 2018 o valor da provisão, compreendendo o principal mais encargo moratórios era de R\$ 333.990,17, conforme o seguinte detalhamento:

<b>Provisão para Litígios</b>		
Contribuições		
Valor Principal	11.543,79	-
Juros e Multa	163,01	-
	<b>11.706,80</b>	-
Previdenciárias		
Valor Principal	317.419,03	-
Juros e Multa	4.864,34	-
	<b>322.283,37</b>	-
	<b>333.990,17</b>	-

### 15. Patrimônio Líquido

Detalhamento dos saldos do patrimônio líquido:

	dez/18	dez/17
<b>Patrimônio Social</b>		
Resultados Acumulados	28.648.867,75	27.693.149,71
Resultado do Exercício	7.693.416,04	955.718,04
	<b>36.342.283,79</b>	<b>28.648.867,75</b>
<b>Reservas</b>		
	<b>12.000,00</b>	<b>12.000,00</b>
	<b>36.354.283,79</b>	<b>28.660.867,75</b>

### 16. Receitas Orçamentárias Vinculadas

Receitas orçamentárias vinculadas compreendem as receitas orçamentárias, líquidas das deduções, cuja aplicação dos recursos é definida em lei, de acordo com sua origem.

### 17. Transferências Financeiras Recebidas

Transferências financeiras recebidas referem-se às movimentações de recursos financeiros entre órgãos e entidades da administração direta e indireta, neste caso o SENAR-Administração Central.

### 18. Recebimentos Extraordinários

Recebimentos extraordinários são valores não previstos no orçamento, tais como restos a pagar.

### 19. Saldo do Exercício Anterior e Saldo para o Exercício Seguinte

Saldo do exercício anterior e o saldo para o exercício seguinte são valores disponíveis em caixa e equivalentes de caixa para o custeamento das atividades da entidade no início e no fim do período apresentado.

Os valores em caixa e equivalentes de caixa estão descritos na nota 3.





**SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL**  
**CNPJ Nº. 04.260.738/0001-49**

#### **20. Despesas Orçamentárias Vinculadas**

Despesas orçamentárias vinculadas compreendem aquelas cuja aplicação dos recursos é definida em lei, de acordo com sua origem.

#### **21. Transferências Financeiras Concedidas**

Transferências financeiras concedidas referem-se às movimentações de recursos financeiros entre órgãos e entidades da administração direta e indireta, neste caso o SENAR-AC.

#### **22. Pagamentos Extraordinários**

Pagamentos extraordinários são valores não previstos no orçamento, tais como restos a pagar.

#### **23. Demonstração das Variações Patrimoniais - Variações Patrimoniais Aumentativas**

As variações patrimoniais aumentativas decorrem das seguintes operações demonstradas através da Demonstração das Variações Patrimoniais:

##### **a) Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria**

Compreende toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

##### **b) Contribuições**

Compreende as contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de iluminação pública.

##### **c) Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos**

Compreende as variações patrimoniais auferidas com a venda de bens, serviços e direitos, que resultem em aumento do patrimônio líquido, independentemente de ingresso, incluindo-se a venda bruta e deduzindo-se as devoluções, abatimentos e descontos comerciais concedidos.

##### **c) Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras**

Representa o somatório das variações patrimoniais aumentativas com operações financeiras. Compreende: descontos obtidos, juros auferidos, prêmio de resgate de títulos e debêntures, entre outros.

##### **d) Transferências e Delegações Recebidas**

Compreende o somatório das variações patrimoniais aumentativas com transferências intergovernamentais, transferências intragovernamentais, transferências de instituições multigovernamentais, transferências de instituições privadas com ou sem fins lucrativos, transferências de convênios e transferências do exterior.

##### **e) Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos**

Compreende a variação patrimonial aumentativa, decorrente de reavaliação e ganhos de ativos, ou com a desincorporação de passivos.

*Handwritten signature in blue ink.*





**SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL**  
CNPJ N°. 04.260.738/0001-49

#### **f) Outras Variações Patrimoniais Aumentativas**

Compreende o somatório das demais variações patrimoniais aumentativas não incluídas nos grupos anteriores, tais como: resultado positivo da equivalência patrimonial, dividendos, etc.

#### **24. Demonstração das Variações Patrimoniais - Variações Patrimoniais Diminutivas**

As variações patrimoniais diminutivas decorrem das seguintes operações demonstradas através da Demonstração das Variações Patrimoniais:

##### **a) Pessoal e Encargos**

Compreende a remuneração do pessoal ativo civil ou militar, correspondente ao somatório das variações patrimoniais diminutivas com subsídios, vencimentos, soldos e vantagens pecuniárias fixas ou variáveis estabelecidas em lei decorrentes do pagamento pelo efetivo exercício do cargo, emprego ou função de confiança no setor público, bem como as variações patrimoniais diminutivas com contratos de terceirização de mão de obra que se refiram à substituição de servidores e empregados públicos. Compreendem ainda, obrigações trabalhistas de responsabilidade do empregador, incidentes sobre a folha de pagamento dos órgãos e demais entidades do setor público, contribuições a entidades fechadas de previdência e benefícios eventuais a pessoal civil e militar, destacados os custos de pessoal e encargos inerentes às mercadorias e produtos vendidos e serviços prestados.

##### **b) Benefícios Previdenciários e Assistenciais**

Compreendem as variações patrimoniais diminutivas relativas às aposentadorias, pensão, reforma, reserva remunerada e outros benefícios previdenciários de caráter contributivo, do Regime Próprio da Previdência Social (RPPS) e do Regime Geral da Previdência Social (RGPS).

Compreendem, também, as ações de assistência social, que são políticas de seguridade social não contributiva, visando ao enfrentamento da pobreza, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender às contingências sociais e à universalização dos direitos sociais.

##### **c) Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo**

Representa o somatório das variações patrimoniais diminutivas com manutenção e operação da máquina pública, exceto despesas com pessoal e encargos que serão registradas em grupo específico (Despesas de Pessoal e Encargos). Compreende: diárias, material de consumo, depreciação, amortização etc.

##### **d) Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras**

Compreende as variações patrimoniais diminutivas com operações financeiras, tais como: juros incorridos, descontos concedidos, comissões, despesas bancárias e correções monetárias.

##### **e) Transferências e Delegações Concedidas**

Compreende o somatório das variações patrimoniais diminutivas com transferências intergovernamentais, transferências intragovernamentais, transferências a instituições multigovernamentais, transferências a instituições privadas com ou sem fins lucrativos, transferências a convênios e transferências ao exterior.

*Handwritten signature in blue ink.*





**SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL**  
**CNPJ Nº. 04.260.738/0001-49**

**f) Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos**

Compreende a variação patrimonial diminutiva com desvalorização e perdas de ativos, com redução a valor recuperável, perdas com alienação e perdas involuntárias ou com a incorporação de passivos.

**g) Tributárias**

Compreendem as variações patrimoniais diminutivas relativas aos impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições sociais, contribuições econômicas e contribuições especiais.

**h) Custo das Mercadorias e Produtos Vendidos, e dos Serviços Prestados**

Compreende as variações patrimoniais diminutivas relativas aos custos das mercadorias vendidas, dos produtos vendidos e dos serviços prestados.

O Custo dos produtos vendidos ou dos serviços prestados deve ser computado no exercício corresponde às respectivas receitas de vendas. A apuração do custo dos produtos vendidos está diretamente relacionada aos estoques, pois representa a baixa efetuada nas contas dos estoques por vendas realizadas no período.

**i) Outras Variações Patrimoniais Diminutivas**

Compreende o somatório das variações patrimoniais diminutivas não incluídas nos grupos anteriores. Compreende: premiações, incentivos, equalizações de preços e taxas, participações e contribuições, resultado negativo com participações, dentre outros.

**25. Seguros**

Os seguros são considerados suficientes para cobertura dos riscos envolvidos, abrangendo especialmente edificações, frota de veículos e instalações.

<b>Objeto dos Seguros</b>	<b>Custo</b>	<b>Vigência</b>
<b>Edificações</b>		
Centro de Distribuição - Palhoça - SC	504,36	nov/19
Sede Nova Veneza - SC	226,49	ago/19
Veículos - Frota	10.421,04	set/19
Veículos - Kangoo	1.592,04	ago/19
Instalações - Sede SENAR-AR/SC	684,89	set/19
Equipamentos Portáteis - Notebooks	2.325,92	dez/19
Empilhadeira	358,20	jun/19
	<b>16.112,94</b>	
Seguro de Vida - Funcionários	21.723,36	out/19
	<b>37.836,30</b>	

*(Handwritten signatures)*





**SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL**  
**CNPJ Nº. 04.260.738/0001-49**

## 26. Demonstrativo da Conciliação dos Valores Orçamentários e Contábeis

### Demonstrativo da Conciliação dos Valores Orçamentários e Contábeis Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Descrição	Orçamento	Contábil
Total de Receitas do Período	38.266.033,11	38.266.033,11
( - ) Total das Despesas do Período	(30.293.973,54)	(30.572.617,07)
<b>Superávit ou Déficit do Exercício (a)</b>	<b>7.972.059,57</b>	<b>7.693.416,04</b>
Itens de Conciliação - Orçamento		
Imobilizações no Período	81.047,52	
(-) Depreciação/Baixas de Bem	251.142,07	
(-) Baixas no período	-	
<b>(=) Imobilizado Líquido (b)</b>	<b>(170.094,55)</b>	
(+) *VPD/Estoque	981.716,27	
(-) **VPD/Estoque que não entraram no orçam.	1.090.265,25	
<b>Resultado Ajustado do Período</b>	<b>7.693.416,04</b>	<b>7.693.416,04</b>

\* Variação Ativo - Variações Patrimoniais Diminutivas e Estoque

\* \*Despesa que não entraram no orçamento (VPD e Estoque)

## 27. Contingências

### 27.1. Contingências Fiscais – INSS:

Em julho de 2005, o INSS emitiu a NFLD 357687795 em desfavor do SENAR-AR/SC, tendo como mote a não retenção de 11% na contratação dos sindicatos/associações, no período de 04/1999 a 01/2005, cujo valor notificado foi de R\$ 2.649.972,34.

Em consulta realizada no sistema da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional o valor em dívida ativa relacionado ao processo é de R\$ 5.269.659,27.

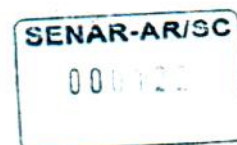
Por discordar da exigência, o SENAR-AR/SC ofereceu defesa na via administrativa, julgada improcedente em primeira instância.

Houve recurso voluntário ao Conselho de Contribuintes. Em sessão realizada no dia 13/08/2014 os membros da Segunda Turma Ordinária da Terceira Câmara da Segunda Seção do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, por unanimidade de votos, deram provimento ao recurso voluntário, pela improcedência do lançamento.

A Fazenda Nacional ingressou com recurso especial, que aguarda análise.

Na opinião dos advogados da entidade, é provável a chance de êxito.

No entendimento da administração, orientada pelos seus advogados, não cabe o reconhecimento dos referidos valores no resultado do exercício. Caso a entidade não logre êxito na sua defesa, sendo confirmado o débito, os efeitos correspondentes serão reconhecidos oportunamente.





**SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL**  
**CNPJ Nº. 04.260.738/0001-49**

No encerramento do trimestre os recursos permaneciam em conta de depósito recursal, no valor originalmente estabelecido de R\$ 820.466,81, considerando a ausência de alteração na posição do processo.

### **27.2. Ação Trabalhista – Responsabilidade Subsidiária**

O SENAR-AR/SC foi considerado subsidiariamente responsável por débitos trabalhistas de prestador de serviço em acórdão dos juizes da 1ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, relatado em 14 de julho de 2009 no qual foi condenado em ação trabalhista arbitrada no valor R\$ 15.000,00. O processo encontra-se em fase de execução com pedido de embargos de execução em análise.

O valor da ação foi objeto de depósito judicial. Em virtude de recurso impetrado pelo SENAR-AR/SC, o valor foi resgatado em dezembro de 2010, devidamente atualizado. A ação permanece em tramitação e, em caso de condenação, a referida quantia será exigida no final do processo.

**27.3. Litígios na área fiscal e tributária** – o SENAR-AR/SC ingressou com medida cautelar requerendo exoneração de recolhimento de tributos pagos ilegalmente, notadamente INSS parte patronal e PIS sobre Folha de Pagamentos. A ação tramita na 2ª Vara Federal Civil – SJ/DF.

A tese da causa se baseia no fato do SENAR ser instituição privada de interesse público, criada por lei, sem fins lucrativos, não integrantes da Administração Direta ou Indireta, denominados paraestatais (serviços sociais autônomos). E que, assim, para fins sociais, não podem ser equiparados à entidade empresarial, portanto isento e imune à tributação de toda e qualquer contribuição social patronal, dentre as quais se incluem a contribuição previdenciária patronal (INSS) e a contribuição para PIS.

Obtenção de medida (liminar) de tutela de urgência – o SENAR obteve êxito na propositura conforme manifestação da Sra. Diana Maria Wanderlei da Silva – Juíza Federal da 5ª Vara (respondendo pela 1ª) – SJ/DF em 31 de outubro de 2018:

*Assim, **DEFIRO A TUTELA DE URGÊNCIA** para suspender a exigibilidade das contribuições sobre a seguridade social e de terceiros (contribuição previdenciária patronal, RAT/SAT PIS, contribuições destinadas a terceiros, como INCRA, FUNRURAL, Salário-Educação), mediante depósito do montante integral do tributo, bem como para determinar à Ré ou seus prepostos que se abstenham de atuar o Autor, bem como negar as certidões negativas, em virtude da suspensão da exigibilidade da referida exação.*

**Valores provisionados** – enquanto aguarda decisão final sobre a matéria a administração do SENAR-AR/SC, baseada na opinião de seus advogados entende que os valores não recolhidos sejam contabilizados em conta de resultados mediante provisão e revertidos oportunamente quando da obtenção de êxito na ação, se for o caso. O SENAR-SC espera ainda recuperar as contribuições recolhidas nos últimos cinco anos (prazo prescricional). No encerramento do exercício de 2018 o valor da provisão, compreendendo o principal mais encargos moratórios era de R\$ 333.990,17 sendo, de INSS R\$ 322.283,37 e R\$ 11.706,80 do PIS sobre folha de pagamento.

*Q q s*







**SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL**  
**CNPJ Nº. 04.260.738/0001-49**

**Depósito judicial** – em obediência a decisão de medida (liminar) de tutela de urgência, obtida pelo SENAR-SC, as importâncias correspondentes ao INSS patronal e PIS Folha de Pagamentos referente aos meses de outubro, novembro e dezembro de 2018 foram depositadas judicialmente.

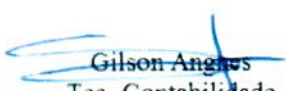
## **28. Aspectos Fiscais e Tributários**

A Administração do SENAR-AR/SC com base em posicionamentos jurídicos entende que a entidade não está subordinada à tributação de impostos e contribuições, exceto aquelas de natureza previdenciária e a contribuição ao Programa de Integração Social – PIS sobre os gastos com folha de pagamento. Por este motivo, não reconhece como devido ou contingente qualquer valor relacionado com outros encargos de natureza tributária.

Florianópolis (SC), 31 de dezembro de 2018.

  
José Zeferino Pedrozo  
Presidente Conselho Adm.  
CPF. 003.151.929-68

  
Gilmar Antônio Zanluchi  
Superintendente  
CPF. 556.281.179-00

  
Gilson Angnes  
Tec. Contabilidade  
CPF. 692.786.959-04  
CRC/SC 19.037-0/2

SENAR-AR/SC

000124

**AUDICONSULT**  
**AUDICONSULT Auditores S/S**

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Ilmos. Srs.

Membros do Conselho Administrativo e do Conselho Fiscal Regional do **SENAR-AR/SC - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Administração Regional de Santa Catarina**

Florianópolis - SC

**Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis do **SENAR-AR/SC - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Administração Regional de Santa Catarina**, que compreendem o Balanço Patrimonial, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, em 31 de dezembro de 2018, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, os demonstrativos contábeis acima referidos representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição orçamentária, financeira e patrimonial do **SENAR-AR/SC - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Administração Regional de Santa Catarina**, em 31 de dezembro de 2018, de acordo com a legislação e normas específicas para a sua categoria de entidade, observadas as orientações da Administração Central do SENAR.

**Base para Opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao **SENAR-AR/SC - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Administração Regional de Santa Catarina**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração do **SENAR-AR/SC - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Administração Regional de Santa Catarina**, é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas Demonstrações Contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como apropriados e necessários para permitir a elaboração de Demonstrações Contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis.

**AUDICONSULT**  
**AUDICONSULT Auditores S/S**

Os responsáveis pela governança do **SENAR-AR/SC - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Administração Regional de Santa Catarina**, são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São José (SC), 25 de março de 2019.

  
**Hermenegildo João Vanoni**

Sócio Responsável – Contador –CRC-SC 14.874/O-7

**AUDICONSULT Auditores S/S**

CRC-SC 4.012

Rua Vereador Mário Coelho Pires, n.º 1060, Sala 11 - Campinas - CEP 88.101 - 090 - São José - SC  
Grande Florianópolis - Fone/Fax (48) 3259.2444 - e-mail: [audiconsult@audiconsult.com.br](mailto:audiconsult@audiconsult.com.br)







## PARECER DO CONSELHO FISCAL

**ENTIDADE** – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR-AR/SC

**DOCUMENTO** – Prestação de Contas e Relatório de Gestão do Exercício 2018

O Conselho Fiscal do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – Administração Regional de Santa Catarina – SENAR-AR/SC, em reunião realizada no dia 28 de março de 2019, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 30 item II do Regimento Interno, examinou, os Relatórios Gerenciais/Contábeis e demais documentos relativos à **Prestação de Contas e Relatório de Gestão do Exercício de 2018**, e em vista dos trabalhos executados atenderem as normas contábeis e demais legislações a que o SENAR está sujeito, emitimos parecer **FAVORÁVEL**, e assim submetemos este parecer ao Conselho Administrativo do SENAR-AR/SC, para sua consideração.

Florianópolis, 28 de março de 2019.

Rita Marisa Alves  
Presidente - Titular Senar Central

Tatiane Mecabô Cupello  
Titular FAESC

Valdeci de Andrada Pereira  
Titular FETAESC



## APROVAÇÃO DO CONSELHO ADMINISTRATIVO

**ENTIDADE** – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR-AR/SC  
**DOCUMENTO** – Prestação de Contas do Exercício de 2018.

O Conselho Administrativo do SENAR-AR/SC, em reunião realizada no dia 08 de abril do ano de 2019, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Art. 18, inciso IV do Regimento Interno do SENAR-AR/SC, após análise das demonstrações contábeis, financeiras, Relatório de Gestão e demais peças que compõem a Prestação de Contas do Exercício de 2018, baseando-se no parecer do Conselho Fiscal, resolve:

- **Aprovar a Prestação de Contas do Exercício de 2018.**

Este parecer vai assinado pelos membros presentes à reunião, a seguir identificados:

JOZÉ ZEFERINO PEDROZO

Presidente Cons. Adm.

GILMAR ANTÔNIO ZANLUCHI

Superintendente

JOSE WALTER DRESCH

Conselheiro

ADÍLCIO PEDRO PAZETTO

Conselheiro

RICARDO DE GOUVÊA

Conselheiro

NEIVO LUIZ PANHO

Conselheiro



## Conselho Fiscal


**ENTIDADE** - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR  
**REGIONAL** - Administração Regional do Estado de **Santa Catarina**  
**DOCUMENTO** - Prestação de Contas do Exercício de 2018

### PARECER Nº 025/2019

O Conselho Fiscal do SENAR - Administração Central, com base no que estabelece o Art. 14, Inciso II, do Regimento Interno, na primeira Reunião Ordinária de 2019, realizada no dia 21 de maio, analisou o Relatório da Auditoria Independente referente à Prestação de Contas do Exercício de 2018 do **SENAR-A.R./SC**.

Tendo em vista que a Auditoria Independente analisou as Demonstrações Financeiras, os Pareceres do Conselho Fiscal Regional e do Conselho Administrativo e demais peças que compõem a Prestação de Contas, o referido Conselho, com base na análise da Auditoria Independente, emite parecer **FAVORÁVEL** à aprovação da Prestação de Contas da Administração Regional do Estado de **Santa Catarina**, Exercício de 2018.

Brasília, 21 de maio de 2019.

  
**Mário Antônio Pereira Borba**  
Presidente do Conselho Fiscal  
Representante da CNA

  
**Joel Amaral Júnior**  
Representante do MTE

  
**Carlos Roberto Baena**  
Representante da OCB

  
**Aroldo Ferreira Corrêa Júnior**  
Representante do MAPA

  
**Thaisa Daine Silva**  
Representante da CONTAG

## **Conselho Deliberativo**

---

### **RESOLUÇÃO Nº 029/19/CD**

27 de maio de 2019.

O **Conselho Deliberativo**, com base no que estabelece o Art. 8º, Inciso II, letra “c”, do Regimento Interno do SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, e, ainda no que preceituam:


- a Instrução Normativa TCU 63, de 1º/09/2010, alterada pela Instrução Normativa TCU 72, de 15/05/2013 e as Decisões Normativas 161, de 01/11/2017 e 163, de 06/12/2017, do Tribunal de Contas da União – TCU,

### **Resolve**, em função:

1. do Parecer da Comissão Temática nº 003, de 27 de maio de 2019, composta pelos Conselheiros ARISTIDES VERAS DOS SANTOS, representante da CONTAG, e JOSÉ CARLOS LYRA DE ANDRADE, representante das Agroindústrias/CNI, e;
2. do que foi deliberado na 85ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo, realizada no dia 27 de maio de 2019.

### **Aprovar**

a **Prestação de Contas da Administração Regional do Estado de Santa Catarina**, composta de Balanços e demais demonstrativos financeiros, relativa ao Exercício de 2018.



**João Martins da Silva Júnior**  
Presidente do Conselho Deliberativo